

Razão e sentimento na teoria moral de Hume

Marcos Ribeiro Balieiro¹

Resumo: Os papéis desempenhados pela razão e pelo sentimento na teoria moral de Hume têm gerado algumas controvérsias entre os comentadores da obra do filósofo escocês. Alguns, como David Fate Norton, vêem com certo estranhamento o fato de o tom do texto de Hume buscar desqualificar a influência da razão nas distinções morais realizadas pelos homens quando, na verdade, a argumentação do filósofo parece atribuir um papel a ela. Outros comentadores defendem a tese de que o termo razão, nos textos morais de Hume, não deve ser entendido da maneira como geralmente o fazemos. Defendo, ao longo deste artigo, que a leitura dos textos morais de Hume no contexto do debate sobre os fundamentos da moral no século XVIII leva a crer que, ao falar em razão, Hume tem em mente um sentido não tão diferente do que usualmente lhe é atribuído. Ainda assim, apesar do tom empregado pelo filósofo, esse fato não deve causar surpresa. Isso porque a retórica de que o autor faz uso não tem como alvo a razão em si mesma, mas uma certa maneira de conceber a moralidade que via na razão o fundamento último das distinções morais.

Palavras-chave: Hume — razão — sentimento — moral — filosofia escocesa

Um tema que gera certa controvérsia entre os estudiosos da obra de Hume é justamente o fato de ele, apesar de empregar em boa parte de seus escritos morais um tom aparentemente favorável à tese segundo a qual o sentimento é aquilo que realmente funda a moralidade, não ter

1. Doutorando em Ética e Filosofia Política pela FFLCH-USP. Bolsista do CNPq.
E-mail: marcos.balieiro@uol.com.br

como excluir a razão da experiência humana de distinguir entre virtude e vício. David Fate Norton, por exemplo, parece ser acometido por grande estranhamento ao tratar dessa questão, como fica claro ao longo de todo o capítulo III de seu *Hume: Common-Sense Moralism, Sceptical Metaphysician*. Nesse livro, o tom que Hume emprega é tratado quase como enganador, algo que desvia a atenção do papel de grande destaque que a razão ocupa na teoria moral humiana.

É com o intuito de evitar que se possa ver aí uma contradição de algum tipo que Livia Guimarães, em artigo publicado recentemente, tenta mostrar que a moralidade está, para Hume, baseada inteiramente no sentimento. Para isso, sente a necessidade de redefinir totalmente o conceito de razão nos textos morais de Hume. Ao fim do referido artigo, Guimarães resume esse seu novo conceito de razão nos textos morais humeanos como apenas “o funcionamento imaginativo da mente, a matéria-prima do que seriam paixões e sentimentos”² (GUIMARÃES 2, p. 165).

Essas duas tentativas de solução parecem, entretanto, demasiado radicais. De qualquer maneira, o surgimento de uma controvérsia desse tipo é bastante compreensível: por um lado, é inegável que existe, especialmente no texto do Livro III do Tratado, concebido justamente como um verdadeiro arsenal contra o racionalismo moral, uma retórica³ que privilegia a todo instante o papel do sentimento nas distinções morais realizadas pelos homens. Isso fica evidente se tomarmos como exemplo a seguinte passagem:

... a aprovação de qualidades morais com toda a certeza não é derivada da razão, ou de qualquer comparação de idéias, mas procede inteiramente de um gosto moral, e de certos sentimentos de prazer ou desgosto que surgem com a contemplação e a observação de qualidades ou caracteres particulares.⁴ (HUME 4)

2. "... imaginative functioning of the mind, the raw material of which would be passions and sentiments."

3. O termo retórica é empregado neste artigo com significado próximo ao que lhe é atribuído pelo senso comum, não em seu sentido estrito.

Por outro lado, mesmo no Tratado já era evidente, que a razão tem um papel de grande importância na teoria moral apresentada por Hume. Uma passagem que parece ilustrar muito bem esse ponto pode ser encontrada na Seção II da Parte II do livro III.

Ainda que em um exemplo o público sofra, esse mal momentâneo é amplamente compensado pela observação firme da regra, e pela paz e pela ordem que ela estabelece na sociedade, e mesmo cada indivíduo deve considerar-se um ganhador ao fazer as contas, já que, sem a justiça, a sociedade deve-se dissolver imediatamente, e todos devem cair naquela condição selvagem e solitária, que é infinitamente pior que a pior situação que pode possivelmente ser suposta em sociedade⁵ (HUME 4)

É verdade que o interesse de Hume, nessa passagem, não é mostrar um eventual papel da razão nas distinções morais realizadas pelos homens, mas ilustrar a utilidade das regras da justiça. Devemos atentar, porém, ao fato de que esta é, para ele, uma virtude artificial. Isso quer dizer que ela é estabelecida por meio de um artifício que, ainda que também dependente da imaginação, tem um aspecto racional. Esse artifício, é importante lembrar, não seria necessário não fosse se não tivesse utilidade para a espécie humana. A utilidade, como se sabe, é apresentada por Hume em várias passagens bem conhecidas como algo que é discernível apenas pela razão. Além disso, como a passagem acima deixa bastante evidente, cada indivíduo, ao fazer as contas, é capaz de perceber os benefícios trazidos pela existência da justiça.

4. "... the approbation of moral qualities most certainly is not derived from reason, or any comparison of ideas; but proceeds entirely from a moral taste, and from certain sentiments of pleasure or disgust, which arise upon the contemplation and view of particular qualities or characters."

5. Though in one instance the public be a sufferer, this momentary ill is amply compensated by the steady prosecution of the rule, and by the peace and order which it establishes in society. And even every individual person must find himself a gainer on balancing the account; since, without justice, society must immediately dissolve, and every one must fall into that savage and solitary condition, which is infinitely worse than the worst situation that can possibly be supposed in society."

Isso posto, parece complicado supor uma leitura como a de Guimarães. Além disso, não podemos deixar de observar que é complicada a proposição, em seu artigo, de que a razão seja vista como redutível a mera matéria prima de paixões em parte dos escritos de Hume, sem que ocorram indícios realmente convincentes de que o próprio autor considerasse a questão dessa forma. Ainda que o filósofo escocês possa não primar pelo rigor terminológico em seus vários escritos e que sua análise da relação de causa e efeito, por exemplo, possa permitir que se fale em uma razão que no mínimo guarda relações estreitas com a noção de sentimento, a redução proposta por Guimarães parece exagerada. Isso até porque, em seus textos morais, Hume emprega freqüentemente o termo razão em sentido que não parece se afastar muito da acepção mais natural que esse termo guardava à época. Se, por um lado, é verdade que boa parte dos comentadores da obra do filósofo escocês vê o conceito de razão defendido por ele como bastante dependente de um certo tipo de sentimento⁶, por outro não há como negar que o termo razão, tal como aparece em seus textos morais, tem significado bastante distinto do que se poderia entender por sentimento, não podendo, assim, ser considerado redutível a ele.

Isso posto, poderia parecer que não temos alternativa senão aceitar uma leitura mais próxima à de Norton, segundo a qual Hume de certa forma incorre em algo como uma contradição performativa ao atribuir à razão um papel tão grande nas distinções morais realizadas pelos homens e, ao mesmo tempo, empregar um tom tão evidentemente favorável ao sentimento. Entretanto, esses aspectos parecem bastante óbvios para qualquer leitor da obra moral do filósofo escocês, por mais desatento que seja. Parece improvável, então, que Hume não tenha tido consciência deles. Assim, creio ser possível afirmar sem embaraço que a afirmação de um papel importante à razão na moral ao mesmo tempo em que é empregada uma retórica em favor do sentimento foi algo realizado de maneira consciente por Hume, que talvez não visse nisso um problema real. O que tentarei mostrar em seguida é justamente que a

6. Esse tipo de interpretação parece ser bastante comum especialmente entre os comentadores que atribuem a Hume alguma forma de naturalismo, como por exemplo Norman Kemp Smith.

atribuição de um papel essencial à razão na teoria moral de Hume não implica contradição com a retórica que o autor emprega em favor do sentimento, mesmo que tomemos razão, aqui, em sentido mais próximo do, por assim dizer, tradicional.

Para melhor explicar esse ponto, talvez seja interessante definirmos, agora, as três “correntes” em que se pode dizer que estavam divididos os moralistas britânicos do século XVIII. A primeira delas, que chamaremos racionalismo moral, defendia que a moralidade está presente na natureza externa aos homens e pode ser discernida exclusivamente pela razão. Alguns de seus representantes mais conhecidos foram Samuel Clarke e William Wollaston. A segunda, que chamaremos ceticismo moral, defendeu que a moralidade nada mais era que uma forma refinada de amor próprio. Seu maior representante entre os britânicos do século XVIII foi, provavelmente, Bernard Mandeville. Por fim, temos a corrente que, ao longo deste artigo, chamaremos sentimentalismo moral. Ainda que essa denominação possa soar um tanto curiosa, esperamos que fique claro que, com ela, designamos aqui um grupo de pensadores segundo os quais a moralidade pode ser discernida por um sentido interno ou por um sentimento, dependentes da constituição da natureza humana. De maneira talvez não muito precisa, pode-se dizer que essa maneira de conceber a moralidade foi inaugurada por Anthony Ashley Cooper, terceiro conde de Shaftesbury. Entre seus representantes mais conhecidos, temos Francis Hutcheson e Henry Home, Lord Kames.

Praticamente todos os comentadores da teoria moral de Hume notaram a inegável simpatia do filósofo pela corrente que, no parágrafo anterior, denominamos sentimentalismo moral. Pode ser interessante, então, examiná-la de maneira um pouco mais detalhada. Ainda que haja, sem a menor dúvida, variações bastante perceptíveis nas teorias dos vários autores do sentimentalismo moral, só é possível classificá-los como fazendo parte de uma mesma corrente porque existem algumas características comuns aos escritos de praticamente todos eles. Pode-se dizer, por exemplo, que o senso moral era visto por eles como um sentido que permitia, após uma certa reflexão sobre a utilidade ou perniciosidade de um certo ato, que fôssemos tocados por um sentimento de aprovação ou censura que resultaria na distinção objetiva de uma

virtude ou um vício, que não poderiam ser definidos senão com base nesse próprio sentimento. Este, por sua vez, dependeria exclusivamente da constituição da natureza humana, mas permitiria a distinção de valores morais que podem ser ditos objetivos.

É interessante notar que Hutcheson⁷, por exemplo, coloca o senso moral como uma faculdade que exige uma reflexão prévia. Na seguinte passagem de seu *System of Moral Philosophy*, por exemplo, ele afirma que “muitos que são fortemente afetados pelas fortunas dos outros raramente refletem sobre a virtude ou o vício, em si mesmos ou nos outros, como um objeto: como vemos na afecção natural, na compaixão, na amizade ou mesmo na benevolência geral em relação a toda a humanidade, que conecta nossa felicidade ou nosso prazer aos dos outros, mesmo quando não estamos refletindo sobre nosso próprio temperamento, ou deleitados com a percepção de nossas próprias virtudes”⁸ (HUTCHESON 8, p. 116). Essa passagem parece deixar entrever que, ainda que tenhamos um sentido que nos permita realizar distinções morais, ele exige, para produzir os sentimentos apropriados, que reflitamos sobre a virtude ou o vício. Entretanto, pode ser bastante difícil entender qual o sentido atribuído pelo filósofo ao termo reflexão no contexto das distinções morais, já que ele mesmo parece não ter se preocupado em explicar com mais clareza o que pretendia que fosse essa faculdade. Entretanto, o próprio uso da palavra reflexão já sugere, de certa maneira, uma conexão com a faculdade racional.

Podemos observar também que Lord Kames, ao tratar das motivações humanas, refere-se a um tipo de paixão que, funcionando por meio da reflexão, está conectada à parte racional⁹. Ora é bastante notória a influência do pensamento de Hutcheson em vários filósofos posteriores,

7. A interpretação do senso moral hutchesoniano feita aqui difere radicalmente da de David Fate Norton. Isso, evidentemente, resulta em grandes discordâncias no que diz respeito à influência de Hutcheson sobre o pensamento de Hume, já que Norton entende o senso moral de Hutcheson como sendo muito menos dependente da razão do que, aqui, defendemos que ele seja.

8. "... many are strongly affected with the fortunes of others, who seldom reflect upon virtue or vice, in themselves, or others, as an object: as we may find in natural affection, compassion, friendship, or even general benevolence to mankind, which connect our happiness, or pleasure with that of others, even when we are not reflecting upon our own temper, nor delighted with the perception of our own virtues."

e Hume e Kames são sempre reconhecidos como dois autores que foram bastante influenciados por ele. Desse modo, parece relativamente seguro afirmar que a maneira por que esses autores se apropriaram do sentimentalismo de Hutcheson mostra que leram seus textos atribuindo ao uso que ele fez do termo reflexão uma relação com o que Kames denomina “a parte racional”. Podemos dizer, então que um sentimentalista como Hutcheson não teria por que discordar, por exemplo, da seguinte afirmação realizada por Hume na seção que abre a *Investigação sobre os princípios da moral*:

É provável que a sentença final que pronuncia os caracteres e ações amigáveis ou odiosos, dignos de louvor ou censuráveis, aquela que aplica a eles a marca da honra ou a infâmia, da aprovação ou da censura, aquela que faz a moralidade um princípio ativo, e constitui a virtude nossa felicidade e o vício, nossa miséria; é provável, eu digo, que essa sentença final dependa de algo sentido interno ou sentimento, que a natureza tornou universal em toda a espécie. Pois o que mais pode ter uma influência dessa natureza? Mas para pavimentar o caminho para um tal sentimento, e dar um discernimento próprio de seu objeto, verificamos ser freqüentemente necessário que muito raciocínio preceda [o sentimento], que boas distinções sejam feitas, conclusões justas, extraídas, comparações distantes, formadas, relações complicadas, examinadas e fatos gerais, estabelecidos e confirmados.¹⁰ (HUME 4)

Essa passagem, aliás, parece estar em perfeito acordo com a afirmação feita por Hume, no Apêndice I da *Investigação*, de que

... os limites distintos das tarefas da razão e do gosto são facilmente apuradas. A primeira transmite o conhecimento

9. Em seus *Elements of Criticism*, Kames estabelece uma diferença entre ações definitivas (ultimate), que são exercidas de modo cego para satisfazer uma paixão chamada instintiva, que é o fim mesmo da ação, e ações motivadas por paixões deliberadas (deliberate). Estas paixões geram ações que buscam a satisfação da paixão por meios indiretos. As paixões deliberadas operam, no entender de Kames, por reflexão, estando conectadas à parte racional (Cf. HOME 3, p. 58).

da verdade e da falsidade; o último dá o sentimento da beleza e da deformidade, do vício e da virtude. A primeira descobre objetos como eles realmente existem na natureza, sem adição ou diminuição; o outro tem uma faculdade produtiva e, dourando ou manchando todos os objetos naturais com as cores emprestadas do sentimento interno, faz surgir, de certa maneira, uma nova criação. A razão, sendo fria e desapegada, não é motivo de ação, e dirige apenas o impulso recebido do apetite ou da inclinação, mostrando-nos os meios de atingir a felicidade ou evitar a miséria. O gosto, na medida em que dá prazer ou dor, e portanto constitui a felicidade ou a miséria, torna-se um motivo para ação, e é a primeira mola ou impulso para o desejo e a volição. Das circunstâncias e relações, conhecidas ou supostas, a primeira nos leva à descoberta do que está escondido ou é desconhecido; depois que todas as circunstâncias e relações são postas diante de nós, o último nos faz sentir do todo um novo sentimento de culpa ou de aprovação. O padrão da primeira, estando fundado na natureza das coisas, é eterno e inflexível, até mesmo pela vontade do Ser Supremo; o padrão do último, surgindo da estrutura e da constituição dos animais, é derivada, em última instância, da Vontade Suprema que atribuiu a cada ser sua natureza particular, e arranjou as várias classes e ordens de existência.¹¹ (HUME 4)

Essa passagem¹² deixa claro que, conforme já havíamos observado, não apenas a razão tem um papel essencial na teoria moral de Hume, mas pode-se dizer da razão em sentido ao menos próximo do tradicional que ela tem esse papel, que o autor sintetiza ao dizer que “a razão nos instrui nas várias tendências das ações, e a humanidade¹³ faz a

10. "The final sentence, it is probable, which pronounces characters and actions amiable or odious, praise_worthy or blameable; that which stamps on them the mark of honour or infamy, approbation or censure; that which renders morality an active principle, and constitutes virtue our happiness, and vice our misery: It is probable, I say, that this final sentence depends on some internal sense or feeling, which nature has made universal in the whole species. For what else can have an influence of this nature? But in order to pave the way for such a sentiment, and give a proper discernment of its object, it is often necessary, we find, that much reasoning should precede, that nice distinctions be made, just conclusions drawn, distant comparisons formed, complicated relations examined, and general facts fixed and ascertained."

distinção em favor daquelas que são úteis e benéficas”¹⁴ (HUME 4).

Por ora, o que interessa é mostrar em que medida é possível superar a idéia de que existe uma contradição entre o papel que Hume atribui à razão em sua teoria moral e a retórica em favor do sentimento que podemos observar em ao menos parte de seus textos. Como sabemos, ele não pode contar, como faz um autor como Francis Hutcheson, com um sentido externo que seja responsável por nossas distinções morais. Ao escolher trabalhar com um método eminentemente experimental, Hume é obrigado a tratar as impressões como percepções primárias, existências originais, mesmo no caso das impressões de reflexão, entre as quais estão incluídas as paixões. Assim, o aparato epistemológico com que o autor tem que lidar está limitado a impressões e idéias, sendo que os seres humanos são capazes de associar certas idéias segundo alguns modos pré-determinados. Vale dizer, entretanto, que esses modos não são concebidos como formas a priori, mas simplesmente o máximo que se pode descobrir a partir de uma observação experimental. E a razão, como sabem mesmo os iniciantes no estudo da epistemologia humeana,

11. "Thus the distinct boundaries and offices of reason and of taste are easily ascertained. The former conveys the knowledge of truth and falsehood: The latter gives the sentiment of beauty and deformity, vice and virtue. The one discovers objects, as they really stand in nature, without addition or diminution: The other has a productive faculty, and gilding or staining all natural objects with the colours, borrowed from internal sentiment, raises, in a manner, a new creation. Reason, being cool and disengaged, is no motive to action, and directs only the impulse received from appetite or inclination, by showing us the means of attaining happiness or avoiding misery. Taste, as it gives pleasure or pain, and thereby constitutes happiness or misery, becomes a motive to action, and is the first spring or impulse to desire and volition. From circumstances and relations, known or supposed, the former leads us to the discovery of the concealed and unknown: After all circumstances and relations are laid before us, the latter makes us feel from the whole a new sentiment of blame or approbation. The standard of the one, being founded on the nature of things, is eternal and inflexible, even by the will of the Supreme Being: The standard of the other, arising from the internal frame and constitution of animals, is ultimately derived from that Supreme Will, which bestowed on each being its peculiar nature, and arranged the several classes and orders of existence."

12. Um outro aspecto que a passagem citada expõe é o da necessidade da formação de um gosto moral. Esse aspecto, porém, está relacionado à questão de como a moralidade é tornada possível e se desenvolve, que foge ao escopo deste artigo.

13. Trata-se, aqui, de um sentimento humanitário, entendido como uma disposição para julgar favoravelmente ações úteis seja àquele que as executa, seja à humanidade em geral.

14. "reason instructs us in the several tendencies of actions, and humanity makes a distinction in favour of those which are useful and beneficial."

lida com relações de idéias, tais como as que vemos na matemática, ou com questões de fato.

Ao escolher trabalhar com esse aparato, Hume não pode mais recorrer a algo como um senso moral. Se, por um lado, isso pode confundir o leitor, por outro parece vantajoso, já que o aparato com que Hume trabalha, resultado do método experimental, o liberta completamente de conceber a natureza humana segundo uma perspectiva finalista, que é precisamente um dos aspectos das teorias morais de Hutcheson e de Shaftesbury que o incomodavam, como fica claro no seguinte trecho de uma carta de Hume a Hutcheson:

Pois rogo-lhe que me diga, qual é o fim do homem? Ele é criado para a felicidade ou para a virtude? Para esta vida ou para a próxima? Para si próprio ou para seu criador? (...) questões que são indecidíveis, e distantes demais de meu propósito.¹⁵ (HUME 5, p. 33)

De qualquer modo, ainda que Hume não tenha por que aderir à noção de um sentido interno responsável pelas distinções morais, que, por sua vez, estaria associado a uma visão finalista da natureza humana, mostra boa parte do tempo inegável simpatia pela vertente sentimentalista. Se considerarmos as críticas de Hume à concepção da moralidade que prega ser a razão o seu fundamento último¹⁶ como uma forma de tomar posição no debate sobre os fundamentos da moral que era tão popular entre os pensadores de seu tempo, fica evidente que Hume busca atacar não a razão em si, mas sim uma certa maneira de conceber sua utilidade para a moral. Não importa quanto simpatize com o sentimentalismo, Hume pode atribuir à razão um papel importante nas distinções morais simplesmente porque isso já estava de algum modo,

15. "For pray, what is the End of Man? Is he created for Happiness or for Virtue? For this Life or for the Next? For himself or for his Maker? (...) Questions which are endless, & quite wide of my purpose."

16. Toda a Seção I da Parte I do Livro III do Tratado é dedicada a criticar uma série de concepções segundo as quais a razão poderia, por si mesma, fundamentar as distinções morais, bem como motivar os homens à prática da virtude. O que pretendemos afirmar aqui é que essas críticas são realizadas não tendo como alvo a razão em si mesma, mas alguns autores que defendiam o que vimos chamando racionalismo moral.

como já vimos, presente na característica que os sentimentalistas chamam de reflexão. O que interessa, tanto para Hume quanto para ao menos boa parte dos adeptos do sentimentalismo moral não é excluir totalmente a razão do domínio moral, mas sim cuidar para que o sentimento dê, nas palavras de Hume, "a sentença final". Desse modo, ao escolher atribuir à razão um papel relevante em sua teoria moral, Hume está apenas afirmando, por meio de seu próprio aparato epistemológico, o que era dito de outra maneira por outros adeptos do sentimentalismo moral. É claro que essa proposição é bastante generalizante: não pretendemos afirmar que, nesse sentido, todos os sentimentalistas vêm da mesma maneira a relação entre razão e sentimento. Apenas para dar um exemplo, para Hutcheson essa relação é bastante nebulosa. Para Kames, por outro lado, existem mesmo explicitamente paixões que estão "conectadas à parte racional". O que tentamos estabelecer de maneira inequívoca é que Hume, ao estabelecer sua teoria a respeito das distinções morais, parece tentar justamente usar seu próprio vocabulário para estabelecer os principais pontos aceitos comumente pelos sentimentalistas morais. Se ele não pode apelar para um sentido externo, deve usar conceitos que havia estabelecido de maneira sólida, como razão, paixão, sentimento etc. para definir aspectos como, por um lado, o que os sentimentalistas chamaram a reflexão que é necessária para o bom funcionamento do senso moral e, por outro, a própria atribuição da "sentença final" a um sentimento. O aparato empregado por Hume, aliás, permite mais uma crítica à maneira como Guimarães vê o papel da razão na teoria moral humeana. Em seu artigo aqui mencionado, ela afirma que "se a distinção entre o que funda a moral e o que contribui para moldar a experiência moral pudesse ser claramente estabelecida, o reconhecimento das contribuições da razão não teria grandes conseqüências. Mas a verdade é que ela não pode"¹⁷. Talvez essa observação não se sustente mesmo se aplicada a pensadores que defendem a existência de um sentido moral estrito, como Hutcheson ou Shaftesbury. Hume, por outro lado, tem um vocabulário bem mais específico

17. "If the distinction between what founds morals and what contributes to shaping moral experience could be kept neatly apart, the recognition of reason's contributions wouldn't be of consequence. But the truth is that they cannot."

que permite que digamos sem correr grandes riscos que, enquanto a moral está fundada no sentimento, a razão indubitavelmente contribui para moldar as experiências morais dos homens.

Desse modo, o papel que a razão assume na moral humeana é perfeitamente consistente com a retórica sentimentalista empregada pelo autor. O que Hume pretende é, como vimos, não uma recusa de qualquer papel à razão, mas a contestação de uma certa corrente, de uma certa “escola” de moralidade, em favor de uma outra com que ele simpatiza. Espero ter deixado suficientemente claro que o papel assumido pela razão na moral humeana, ao invés de afastá-lo do que vimos denominando sentimentalismo, faz parte de uma tentativa de filiação a essa vertente do moralismo britânico do século XVIII. Ao tentar entender tanto a atribuição de um papel à razão quanto a retórica sentimentalista de Hume não de maneira simplesmente interna à obra do autor, mas sim como algo inserido em um debate mais amplo, é possível desfazer o estranhamento que parece ter acometido Norton sem que precisemos, para isso, recorrer a artifícios talvez exagerados como aquele a que recorre Guimarães. Hume pode ser visto, então como um pensador que, de maneira geral ao menos, retomou com enorme originalidade os principais temas que se pode encontrar nos outros pensadores que, ao longo deste artigo, chamamos sentimentalistas morais.

Abstract: The roles played by reason and sentiment in Hume’s moral theory have raised some controversies among the scholars of his work. Some, such as David Fate Norton, find it somewhat strange that Hume uses a tone which seems to disqualify the influence of reason in the moral distinctions made by men when, in fact, the philosopher’s arguments seem to ascribe a role to it. Other scholars state that the term reason, in Hume’s moral writings, is not to be understood in the sense we usually attribute to it. I argue, along this article, that the reading of Hume’s moral writings in the context of the debate concerning the principles of morals in the 18th century makes it clear that, when he speaks of reason, Hume has in mind a meaning not so different from the one

usually attributed to it. Even so, despite the tone employed by him, this fact shouldn’t be thought of as surprising, since the author uses his rhetoric not against reason itself, but against a certain conception of morality which saw reason as the ultimate foundation of moral distinctions.

Key-words: Hume — reason — sentiment — morals — Scottish philosophy

Bibliografia

1. COOPER, Anthony Ashley, Third Earl of Shaftesbury. An enquiry concerning virtue, or merit. In: AYRES, Philip (Ed.). *Characteristicks of men, manners, opinions, times*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1999.
2. GUIMARÃES, Lívia. Reason and sentiment in Hume’s moral theory. *Dois Pontos*, Curitiba/São Carlos, v. 1, nº 2, 2005.
3. HOME, Henry, Lord Kames. *Elements of criticism*. v. I. Hildesheim/New York: Georg Olms Verlag, 1970.
4. HUME, David. *An enquiry concerning the principles of morals*. Past Masters — British Philosophy. IntelLex Corporation, 1993.
5. HUME, David. *The letters of David Hume*. Oxford: Clarendon Press, 1932.
6. _____. *A treatise of human nature*. Past Masters — British Philosophy. IntelLex Corporation, 1993.
7. HUTCHESON, Francis. *Philosophical writings*. London/Vermont: Everyman, 1994.
8. NORTON, David Fate. *Hume: Common-sense moralist, sceptical metaphysician*. Princeton: Princeton University Press, 1984.